Projeto de Lei do Senado n° 28, de 1953

Autoria: Senador João Villas Boas (/)

Iniciativa:

Ementa:

Revoga a autorização concedida ao Governo Federal, para intervir no domínio econômico e assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo, pela Lei 1522 de 26 de dezembro de 1951.

Assunto: -

Data de Leitura: 12/10/1953

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: -

Destino: -

Último estado: 06/05/1955 - REJEITADA

TRAMITAÇÃO

24/05/1955 SF-SSA - SUBSECRETARIA DE ARQUIVO

Ação: Encaminhado ao Arquivo. Documento arquivado.

06/05/1955

Situação: REJEITADA

Ação: 1ª Discussão. Projeto rejeitado.

Publicado no DCN2 Páginas 1062

22/04/1955

Ação: Leitura e aprovação do Requerimento 155 de 1955 do Senador João Vilas Boas, solicitando adiamento da 1ª discussão para a sessão do dia 06 de maio próximo.

Publicado no DCN2 Páginas 927

01/04/1955

Ação: Leitura do Parecer 284 de 1955 da Comissão de Finanças, pela rejeição. Relator: Paulo Fernandes.

Publicado no DCN2 Páginas 825

01/04/1955

Ação: Leitura do Parecer 283 de 1955 da Comissão de Economia, pela aprovação. Relator: Euclides Vieira.

Publicado no DCN2 Páginas 824-825

Projeto de Lei do Senado n° 28, de 1953

TRAMITAÇÃO

01/04/1955

Ação: Leitura do Parecer 282 de 1955 da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade. Relator: Gomes de Oliveira.

Publicado no DCN2 Páginas 824

30/04/1954

Ação: Leitura e aprovação do Requerimento 178 de 1954 do Senador João Vilas Boas, solicitando a inclusão do Projeto na Ordem do Dia. O Projeto vai à Comissão de Finanças.

Publicado no DCN2 Páginas 853

12/10/1953

Ação: Leitura. À Comissão de Constituição e Justiça, à Comissão de Economia e à Comissão de Finanças.

Publicado no DCN2 Páginas 1000

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 28/1953

Data: 12/10/1953

Autor: Senador João Villas Boas (/)

Local: null

Descrição/Ementa: Revoga a autorização concedida ao Governo Federal, para intervir no domínio econômico e assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo, pela Lei 1522 de 26 de dezembro de 1951.